

A incomensurabilidade do horror: classificação e distinção nas experiências de desterro e exílio¹

DOI
<http://dx.doi.org/10.11606/h1678-9857.ra.2022.218721>



Angela Facundo Navia

Universidade Federal do Rio Grande do Norte | Natal, RN, Brasil
angela.facundo@ufrn.br | <https://orcid.org/0000-0001-9552-5763>

RESUMO

Com base em diferentes cenários etnográficos e políticos vinculados ao conflito colombiano, especificamente ao deslocamento forçado e ao exílio por ele provocados, o texto se propõe a analisar as classificações e distinções das experiências de sofrimento num cenário de terror. Argumenta que as demandas formuladas pelas vítimas para a distinção das experiências de sofrimento se inscrevem em terrenos fronteiriços ou superpostos, mas não completamente coincidentes com os dos programas estatais que classificam e administram os deslocamentos. Para tanto, o artigo propõe observar as relações entre pessoas desterradas e as manifestações cotidianas do estado, nas suas qualidades mágicas e fantasmagóricas, para analisar como elas atingem a possibilidade de reconstrução de um senso de lar no exílio.

PALAVRAS-CHAVE

Exílio, Terror, Lar

The Immeasurability of Horror: classification and distinction in experiences of banishment and exile

ABSTRACT Based on different ethnographic and political scenarios linked to the Colombian conflict and, specifically to the forced displacement and exile that it provoked, the text seeks to analyse the classifications and distinctions of the experiences of suffering in a scenario of terror. I argue that the demands formulated by the victims to distinguish experiences of suffering are inscribed in bordering or overlapping terrains, but not completely coinciding with those of the programmes that classify and manage the displacements. To this end, I suggest observing the relationships between banished people and the everyday manifestations of the state, in their magical and ghostly qualities, in order to analyse how they achieve the possibility of rebuilding a sense of home in exile.

KEYWORDS

Exile, Terror, Home, Classification

INTRODUÇÃO

As reflexões apresentadas neste texto originaram-se em situações históricas e etnográficas diferentes que, por sua vez, marcam períodos distintos do conflito social, político e armado na Colômbia. Algumas das cenas e conversas, evocadas ao longo do texto, fazem parte de uma pesquisa de mestrado que desenvolvi entre os anos 2005 e 2006 em Bogotá e região metropolitana, junto a organizações de pessoas que tinham sido deslocadas à força de seus territórios. O período corresponde às décadas posteriores ao recrudescimento da estratégia paramilitar no país e ao consequente estado de perseguição e desassossego de lideranças sociais, opositores políticos e comunidades em territórios cobiçados. Este também foi um período marcado pelos massacres que intensificaram o deslocamento maciço de populações – especialmente de comunidades étnicas e campesinas – e pela implementação de ações e planos governamentais, com participação dos Estados Unidos, para o combate ao chamado narcoterrorismo. Outro fato importante para entender o contexto de algumas das situações apresentadas no artigo é o reconhecimento legal, mediante a lei 387 de 1997², da existência de pessoas deslocadas e a regulamentação do seu atendimento social.

No segundo período, entre os anos 2011 e 2013, realizei uma pesquisa de doutorado sobre os processos de reconhecimento de refugiados colombianos e sobre o Programa de Reassentamento Solidário que transferia para o Brasil algumas pessoas previamente refugiadas no Equador. Neste momento o drama do deslocamento forçado já não era apenas um assunto interno colombiano e se manifestava gritante e desafiador no número expressivo de refugiados, vítimas do conflito, que movimentava respostas humanitárias internacionais. Também deste período recuperei diversas situações etnográficas, assim como cenas vividas nos desdobramentos posteriores à pesquisa, quando as interações com algumas pessoas se transformaram em encontros de amizade ou de articulação política.

Finalmente, outros dos materiais tecidos no texto surgiram em diversos cenários vinculados ao trabalho da Comissão para o Esclarecimento da Verdade, Convivência e Não Repetição (CEV)³, que incluiu, de forma inédita, um trabalho com as vítimas no exterior. As atividades da Comissão no Brasil foram realizadas de forma presencial no segundo semestre de 2019, virtualmente durante os anos de 2020 e 2021 e retomadas presencialmente a partir de 2022. Auxiliei a formação da rede de trabalho no Brasil, apoiei a coleta de alguns testemunhos e acompanhei diversos momentos e encontros de formação técnica, de articulação e discussão política e de apresentação de resultados no Brasil e em outros países. Diferentemente dos outros dois períodos, deste não cito conversas ou entrevistas com as pessoas ou informações individuais delas, mas apoio-me em uma análise dos elementos que tanto propiciaram quanto tensionaram o momento político. Embora a existência de um

1 | Agradeço a Adriana Vianna e Roberto Efreim Filho pelos espaços acadêmicos e afetivo-políticos compartilhados que fizeram com que este artigo tomasse forma, pelas leituras e comentários que ajudaram a polir e tecer as ideias, e pela parceria, junto com Gabriel Feltran e Fabio Araújo, na organização do dossiê do qual faz parte.

2 | Trata-se da Lei 387, de 18 de julho de 1997, do Congresso da Colômbia, que trata das medidas de prevenção ao deslocamento forçado; o cuidado, a proteção, a consolidação e a estabilização socioeconômica das pessoas deslocadas internamente pela violência na República da Colômbia.

3 | No site da Comissão encontram-se mais detalhes sobre a criação, objetivo e funcionamento desta entidade. Para efeitos de compreensão do contexto, traduzimos algumas informações a seguir: "No âmbito do Acordo Final para a cessação do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura, assinado entre o Governo da Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército Popular Farc-EP, através do Ato Legislativo 01 de 2017 e Pelo Decreto 588 de 2017, foi criada a Comissão para o Esclarecimento da Verdade, Convivência e Não Repetição, como mecanismo temporário e extrajudicial do Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição – SIVJRN, para conhecer a verdade do acontecido no âmbito do conflito armado, contribuir para o esclarecimento das violações e infrações cometidas e oferecer uma explicação ampla de sua complexidade para toda a sociedade. <https://www.comisiondelaverdad.co/>

processo de verdade e reparação possa sugerir a superação do conflito, os trabalhos da Comissão foram realizados em meio ao recrudescimento da guerra.

É importante frisar que o artigo não se propõe a apresentar um panorama do conflito colombiano, mas analisar as classificações e distinções das experiências de sofrimento num cenário de terror. Para tanto, o texto está dividido em três partes – que não respondem a uma ordem cronológica. Em cada uma delas aparecem informações de diversas situações históricas e etnográficas. Em primeiro lugar, apresenta-se uma síntese dos argumentos críticos às classificações estatais que tentam diferenciar migrantes econômicos e refugiados. Em segundo lugar, são analisadas as tensões a que essas críticas são submetidas, quando enfrentam o desejo das pessoas vítimas de que suas histórias e experiências sejam distinguidas de outras formas de migração e deslocamento. Por fim, na terceira parte, é sugerida uma chave de leitura para resolver essa aparente contradição, argumentando que as demandas formuladas pelas vítimas para a distinção das experiências de sofrimento se inscrevem em terrenos fronteiros ou superpostos, mas não completamente coincidentes com os dos programas estatais que classificam e administram os deslocamentos. O artigo propõe observar as relações entre pessoas desterradas e as manifestações cotidianas do estado, nas suas qualidades mágicas e fantasmagóricas, para analisar como elas atingem a possibilidade de reconstrução de um senso de lar no exílio.

CLASSIFICAÇÕES

Durante os anos dedicados a realizar pesquisas sobre deslocamentos forçados e exílios, conheci muitas pessoas diferentes em termos de profissão, idade, origem regional, gostos musicais, práticas religiosas, trajetórias como líderes sociais e/ou como donas de casa, identidade racial, sexualidade, militância. Especialmente no começo das pesquisas, quando cursava meu mestrado, os únicos elementos em comum às pessoas que encontrei em Bogotá, e que se transformaram em minhas interlocutoras, eram sua origem rural, a experiência do desterro e a árdua luta contra a pobreza, o estigma e a desimportância a que foram jogadas quando obrigadas – em certos casos mais de uma vez – a largar suas casas, suas terras e, algumas delas, também suas famílias.

Anos depois, seguindo os movimentos de pessoas que cruzaram as fronteiras internacionais da Colômbia e que moravam no Brasil, as diferenças se mostraram ainda mais significativas. Gente de classe média, urbana e escolarizada, compartilhava os locais da administração de refugiados com pequenos comerciantes de cidades intermediárias, alguns poucos camponeses e muitos jovens de setores populares urbanos que vieram engrossar os *rebusques* (bicos) de parentes emigrados ou a “tentar a sorte” nas passadas épocas em que o Brasil prometia ser “a bola da vez”,

como disse uma das assistentes sociais que os recebia em São Paulo. Com algumas dessas tantas pessoas me vinculei mais fortemente, fiz amizade, fui às vezes me enredando por acaso e, às vezes, tecendo-me propositalmente em suas vidas e elas na minha. Com outras pessoas, pelo contrário, falei apenas uma ou duas vezes, assim como perdi o rastro de mais algumas que durante um tempo foram próximas.

As diferenças entre as pessoas e no tipo de relação, de conversas ou entrevistas, ou ainda nos propósitos desses encontros, significaram diferenças também no que me foi contado sobre a experiência de ser deslocado ou refugiado e na forma em que isso me foi comunicado. Nem de todas elas conheço detalhes das perseguições ou do tipo de violência que sofreram ou presenciaram. E nem tenho certeza se todas elas testemunharam ou experimentaram algum dos incontáveis momentos de horror que têm caracterizado o conflito na Colômbia. Dito de outra forma, tomando emprestadas as reflexões de Fassin, nem todos os efeitos da dominação na vida dessas pessoas tinham sido expressos através do sofrimento. Porém, posso afirmar que todas elas participaram posteriormente de “processos de construção dos quais o sofrimento foi o objeto” (Fassin, 2012: 9).

Eu me interessei por esses processos como tema de pesquisa. Especificamente por aqueles que diziam respeito às dinâmicas de reconhecimento da condição de deslocados internos (na pesquisa na Colômbia) e de refugiados (nas pesquisas no Brasil). Apesar da distância temporal e das particularidades de cada um dos contextos locais, há em ambos os casos elementos comuns que podem ser expressos na ideia de políticas do sofrimento (Fassin, 2012: 10). Determinar quem era um deslocado no começo do século XXI na Colômbia passava pela distinção entre os “verdadeiros deslocados” e aqueles que, segundo funcionários, documentos oficiais e a opinião pública mobilizada em jornais, estariam se aproveitando da situação para obter benefícios indevidos. Do mesmo modo, o reconhecimento da condição de refúgio no Brasil, na segunda década, passava por minuciosos encontros burocráticos que pretendiam diferenciar os refugiados dos migrantes econômicos, estes últimos igualmente enxergados como beneficiários ilegítimos da proteção do estado nacional (Facundo, 2017).

“Verdadeiros deslocados e verdadeiros refugiados” se amalgamavam em ambos os casos com a noção de “verdadeiras vítimas” e estas, por sua vez, à ideia de quem realmente sofreu comprovada ameaça, perseguição, tortura ou tratamentos cruéis ou degradantes. A indagação pelo sofrimento, em ambos os casos feita de maneira individualizada e psicologizada⁴, revelava a presunção de que todos os horrores poderiam ser narrados e que qualquer pessoa estaria em condição de fazê-lo. Além disso, presumia-se que a narrativa deveria ser articulada privilegiadamente no plano do eu e que, mesmo com dificuldades da ordem da fala, o corpo exibiria sinais. Se não cicatrizes físicas, marcas num espaço psi traumatizado no qual habitariam não apenas as lembranças (inclusive as apagadas), mas também os medos

4 | Segundo Didier Fassin, esse duplo movimento de psicologização e individuação corresponde ao que pode ser descrito como uma patetização do mundo, ou seja, uma representação patética das desigualdades sociais e a introdução do pathos no político (Fassin, 1999: 33).

próprios de um tipo de sofrimento específico.

Vale a pena lembrar que o relato exigido dos sujeitos não se restringe à narração dos fatos que provocaram o êxodo, mas demanda também um relato minucioso, e às vezes íntimo, da vida antes e depois da fuga. Os solicitantes devem produzir um discurso que é, ao mesmo tempo, uma entrega de si e uma perda da propriedade de sua intimidade, que passa a integrar um discurso público. Dali em diante, o poder de determinar a veracidade das experiências narradas não está mais sob o controle do sujeito. Tal exigência de entrega e exteriorização da intimidade, por sua vez, está baseada na suposta correspondência entre experiência, memória e palavra, entre intimidade e autenticidade e entre o sujeito e seu depoimento.

No decorrer do século, a violência extraordinária da guerra, os bombardeios, os jogos de futebol com cabeças humanas, os desmembramentos de dissidentes sexuais e políticos e os corpos dos camponeses que desciam pelos rios, longe de acabarem, misturaram-se, cada vez mais perigosamente, com a violência ordinária da fome, dos sem-teto, do desemprego e do despojo. As *casas de pique*⁵ não se destinaram apenas a despedaçar cadáveres e a memória dos opositores políticos, mas também viraram mecanismos de cobrança de dívidas do microtráfico e de imposição, na força do horror, de projetos morais e econômicos. As extorsões não eram mais orientadas apenas aos fazendeiros, e as economias locais foram se militarizando e paramilitarizando, tensionando relações conjugais, atizando velhas brigas familiares por heranças, afetos e desafetos, acendendo conflitos entre vizinhos por animais e cercas, vinculando membros de um mesmo grupo de parentesco a grupos armados rivais. Tormentoso estado das coisas que fazia ainda mais difícil a inglória tarefa de agências e agentes que deviam separar o joio do trigo.

E, como se a complexa trama que configura os deslocamentos forçados (nacionais ou internacionais) não fosse dificuldade suficiente, o século XXI trouxe ainda a assombração da escala do fenômeno social da migração. Como bem apontava Said, já no século XX, a nossa época, de guerra moderna e imperialismo, “é, com efeito, a era do refugiado, da pessoa deslocada, da imigração em massa” (Said, 2003: 47). Mas dito caráter massivo do deslocamento interno e o aumento significativo de solicitantes de refúgio no Brasil não se traduziram, pelo menos para os processos estudados, numa mudança na classificação de migrantes e refugiados. As análises individualizadas continuaram a ser feitas na parcimoniosa e precária administração dos assuntos sociais. Enquanto isso, a infinita imaginação alucinatória do horror (Tausig, 1986) e sua capacidade de atingir cada vez mais pessoas iam aumentando as exigências sobre o nível de violência esperado para concretizar a troca desigual do interior traumatizado do sujeito, pelo reconhecimento da condição de deslocado ou refugiado.

Essa avaliação, sugiro, foi incluindo uma medição, mesmo que não declarada, não apenas do tipo, mas também do nível de violência sofrida. E esse nível, embo-

5 | Casas de pique foi o nome dado a locais destinados à tortura, desmembramento e desaparecimento de pessoas e seus cadáveres. A prática foi referenciada no Sudoeste da Colômbia, no começo da segunda década do século XXI.

ra manifesto num processo individualizante, baseava-se também na avaliação dos locais e das épocas em que os “fatos” aconteceram (Khosravi, 2010). Sujeitos ameaçados em “locais ameaçadores” tinham mais chances de ser reconhecidos do que sujeitos torturados, mas em locais e tempos “não tão violentos”. Assim sucedeu com José Alberto⁶, que carregava consigo antigos recortes de imprensa que noticiaram o assassinato do seu pai, e que repetia os detalhes do atentado que ele próprio tinha sofrido anos atrás, mostrando a cicatriz deixada por uma das balas na sua perna. No entanto, sem conseguir convencer as pessoas que avaliavam sua solicitação de refúgio no Brasil de que sua história não era a de mais um simples migrante econômico na gigantesca *monstrópolis* paulistana e de que as supostas melhoras na sua região de origem na Colômbia não o protegeriam de retaliações.

6 | Todos os nomes utilizados neste artigo são pseudônimos.

A análise do lugar onde “os fatos” aconteceram e o suposto conhecimento das dinâmicas violentas em cada local referenciado, assumido como informação objetiva, permitiriam, segundo os agentes encarregados das entrevistas de refúgio no Brasil, escapar da emoção e garantir um processo sustentado pela expertise profissional e pelas tecnologias que a apoiam, e não pelo apelo emocional da escuta triste e comovida. O que tem sido apontado por pesquisas recentes (Facundo, 2021; Mahler e Pessar, 2001; Ribeiro, 2021) é que nesse exercício vão se produzindo – ou reforçando – geografias da violência, generificadas e racializadas, que contribuem com a separação imagética do mundo entre centros como espaços seguros, onde o ideal do estado-nação moderno e o pacto civilizatório teriam dado certo, e margens ou confins, jogados à sorte e à barbárie. Regiões de projeção (Serje, 2011: 177) marcadas não só por distâncias geográficas, mas por afastamentos temporais. Regiões que, como sugerido desde os anos 1970 por Sayad (1998), produzem migrantes e não turistas. Lugares sumidos em matos ou montanhas, guerras imemoriais, violências bárbaras e governos falidos (inclusive quando em escala nacional).

A ansiedade classificatória dos tipos e das intensidades da violência guarda relação com a captura dos sentidos sociais do sofrimento pelas pedagogias e lógicas administrativas do Estado. Allen Feldman (2003) nomeou isso como a produção de um vínculo orgânico entre o traumatopismo e o nomotropismo. Segundo o autor, é possível identificar “uma série de pré-requisitos éticos e governamentais [...] no discurso internacional dos direitos humanos” (Feldman, 2003: 236) que provocam a re-localização do trauma, da lesão e da dor na memória institucionalizada, nas instituições jurídicas e nos procedimentos legais de reparação. “Uma curvatura para o direito” que espera que as pessoas e os grupos que têm sido vítimas de violações de direitos humanos “superem o trauma histórico por meio de um repouso na legalidade” (*Idem*).

Considerando que a maioria das pessoas desterradas no planeta não conseguem sequer ativar as burocracias estatais para iniciar um processo de solicitação de refúgio, foi inevitável, ao longo dos anos de pesquisa, indagar acerca da pertinência

política desses processos de classificação. Qual seria a importância de tais distinções de tipo e de grau? Essas distinções, caras para os programas de administração, seriam igualmente pertinentes para os sujeitos que muitas vezes se esforçam para ser bem-sucedidos no processo de reconhecimento? Especialmente a distinção entre migrantes econômicos e refugiados foi me parecendo politicamente insustentável, não apenas porque “as guerras (incluindo as guerras econômicas do atual sistema de capital) engendram e criam horrores e submetem as pessoas a situações extremas” (Facundo, 2016: 207), mas também porque, nas histórias de interlocutores, a vida econômica não podia ser separada da vida, assim como era evidente que as perseguições políticas visavam a eliminar os inimigos de projetos e modelos econômicos predatórios.

Além disso, algumas das pessoas deslocadas forçadamente que conheci em Bogotá nunca conseguiram se beneficiar de programas de restituição de terras ou de indenizações. Sua inclusão nas bases de dados de deslocados deu-se em troca de um kit de emergência; e a lista, às vezes filtrada para os exércitos, serviu mais para perseguir do que para incluir em políticas públicas. O reconhecimento simbólico do seu sofrimento seria tão significativo na vida dos sujeitos arrancados “do sustento da tradição, da família e da geografia” (Said, 2003: 47) como para defender seu próprio reconhecimento como prova da bondade do processo de classificação, apesar da exclusão de tantos outros? Se toda classificação nesses processos de Estado redundava em hierarquização; poderíamos pensar em uma distinção não excludente, que supere os princípios classificatórios da administração estatizada e que seja colocada a serviço, por exemplo, da criação de comunidades emocionais que, como propôs Jimeno (2010), progrida para uma ética civil do reconhecimento do sofrimento engendrado pela violência na Colômbia?

ESFORÇOS DE DISTINÇÃO

As inquietações que formulo não apareceram recentemente. Elas foram provocadas por algumas das pessoas com que me relacionei ao longo desses anos. Faz muito tempo que escutei o primeiro questionamento vindo de Juliana, uma jovem mulher deslocada, mãe de duas crianças, que conheci numa periferia de Bogotá em 2005. Na época, os esforços de distinção que apareceram num diálogo com ela ecoaram as afirmações feitas, na mesma época, por Francisco e Gabriel, duas lideranças de uma das maiores associações de pessoas deslocadas na Colômbia, sobre a necessidade e sua capacidade de identificar os “verdadeiros deslocados”. Anos depois, em 2021, durante eventos promovidos pela Comissão para o Esclarecimento da Verdade, Convivência e Não Repetição, a insistência de uma intelectual e líder social refugiada sobre a importância política de não confundir os migrantes econômicos com

as vítimas de violência política exiliadas em outros países me perturbou de novo, o suficiente para querer voltar sobre o assunto.

Francisco e Gabriel são dois homens negros de origem rural, mas de regiões diferentes da Colômbia. O primeiro estava na casa dos quarenta e o segundo dos trinta anos quando os conheci. Ambos compartilhavam cargos diretivos numa associação que funcionava num município vizinho à capital, onde os aluguéis eram mais baratos e onde morava a maioria das pessoas que chegavam à cidade fugindo da violência nas áreas rurais, piorada no final dos anos 1990 e no começo dos anos 2000. Já na época, a associação era uma das mais fortes interlocutoras do governo em matéria de deslocamento forçado. Um dia, depois de ter entrevistado alguns dos funcionários do SUR (sistema único de registro que então cadastrava a população deslocada)⁷, manifestei para Gabriel minha indignação com o fato de o governo questionar o sofrimento das pessoas para sua inclusão nos registros. A resposta de Gabriel não apenas confrontou minha indignação, como reforçou a necessidade da distinção; deixando claro, porém, que ela não era importante porque vinda do Estado, mas porque feita por eles:

É diferente quando você teve que correr para salvar a pele. Confesso que às vezes até sinto raiva de gente que teve tempo de fazer as malas, arrumar as coisas e carregar tudo; das pessoas que não foram diretamente ameaçadas, mas que, quando começaram a ver que o vilarejo ia ficando deserto, que já não havia ninguém ou que viram o risco de serem varridas, aí decidiram partir, mas com tempo até para levar as galinhas; enquanto nós não tivemos tempo nem de vestir uma camisa.

Em uma entrevista gravada que fiz em 2005 com Francisco, o tema apareceu de novo. Era um assunto usual nas nossas conversas, pois a associação fazia seu próprio trabalho de registro de pessoas deslocadas que chegavam a Bogotá, e um dos seus objetivos era contrastar esses cadastros com os dados oficiais produzidos pelo governo nacional.

Eles não podem vir falar nada, nós conhecemos as regiões, conhecemos os atores, sabemos quem está lá e quem está acolá. Também temos os meios para realizar nossas verificações. Posso dizer exatamente quando estou conversando com pessoas que estão inventando uma história. Escuta: quando você esteve lá, você aprende o que pode ser dito e o que deve guardar para si mesmo; mas há pessoas que falam sem prestar atenção, que pensam que basta mencionar a guerrilha para convencer todos; talvez os funcionários do governo, mas não nós. Eles [os funcionários do governo] preferem ouvir os casos de deslocamentos causados pela guerrilha, porque assim podem equilibrar um pouco as estatísticas e depois dizer que os paramilitares não são os que mais deslocam. Mas nós podemos dizer quem está mentindo.

7 | Posteriormente o sistema mudou para o RUV (Registro Único de Vítimas), vinculado à Unidade para a Atenção e Reparação Integral às Vítimas, criada em janeiro de 2012 pela lei 1.448 sobre vítimas e restituição de terras, articulada ao Sistema Nacional para a Atenção e Reparação Integral às Vítimas (SNARIV).

Na época considerei que essa distinção tinha a ver com o pertencimento de Gabriel e Francisco a organizações políticas de esquerda que foram o alvo predileto das ações paramilitares, principais responsáveis pelo deslocamento forçado no país (Comisión de la Verdad, 2022: 175). Organizações que já consideravam o Estado como um adversário e como o algoz⁸. Além disso, o momento em que fiz a minha pesquisa coincidiu com o polêmico processo de desmobilização das AUC⁹ que redundou na presença de ex-soldados dessas agrupações de extrema direita, concorrendo por benefícios sociais municipais em Bogotá. Recursos escassos aos quais as pessoas deslocadas dificilmente tinham acesso. Considerei que essa aproximação cruel e em disputa, entre as vítimas e os soldados rasos que foram seus algozes, exacerbava a necessidade de tal distinção como forma de denúncia de uma ordem injusta e como limite das comunidades morais que eles se esforçavam por defender.

De fato, a ideia das comunidades morais (Segato, 2006: 225), muitas delas derivadas da capacidade humana de transformar a dor em sofrimento e o sofrimento em pertencimento (Das, 1997; Herzfeld, 1992), fazia mais sentido para pensar o diálogo com Juliana ou as colocações públicas de Yolanda no trabalho com a Comissão da Verdade anos depois. Juliana não tinha sido reconhecida como deslocada e não recebeu nem sequer o kit emergencial quando saiu às pressas de onde morava. Ela e sua família tiveram medo de se cadastrarem nas bases de dados de população deslocada e, por essa via, serem localizadas. Além disso, já morando em Bogotá, tinha percebido que as pessoas deslocadas eram fortemente estigmatizadas e preferiu se integrar ao bairro sem mencionar o assunto, para não ser hostilizada pelos vizinhos. Ao contrário das pessoas racializadas que eram percebidas como pessoas de fora, Juliana não tinha as marcas que, na imaginação racial dos moradores da capital, poderiam transformá-la em uma *outsider*. Ela também nunca havia participado de organizações políticas que aumentassem o risco de ser estigmatizada e criminalizada ou que a motivassem a enunciar sua situação na linguagem da denúncia pública e coletiva. Assim, ser junto a seus filhos mais uma família pobre do bairro lhe pareceu uma melhor estratégia. Contudo, depois de me ouvir falando com algumas usuárias da associação local onde trabalhava, quis me contar pelo que tinha passado. Minha conversa com as mulheres fez parte de uma oficina sobre políticas públicas de atenção às populações deslocadas que ministrei a pedido da diretora da organização, como parte da troca combinada pela permissão para pesquisar. No final da oficina, quando as pessoas já estavam indo embora, Juliana me abordou pedindo para resolver uma dúvida que, ouvindo-me enquanto arrumava a cozinha, havia surgido. Ela queria saber se, depois de muitos anos, alguém poderia ser reconhecido como deslocado. Não tive tempo de articular minha resposta quando Juliana emendou seu relato que, agora eu vejo, vinha acompanhado de uma raiva parecida com a que Gabriel mencionara.

Juliana me disse o nome da cidade do interior onde ela e sua família nasce-

8 | O termo "Terrorismo de Estado" na Colômbia só começa a ganhar força pública na década dos 1990, especialmente pela atuação do projeto *Nunca Más* e a posterior criação em 2005 do Movicé (Movimiento Nacional de Víctimas de Crímenes de Estado). Mas há um precedente importante atrelado à atuação de Asfaddes (Associação de Familiares de Detidos-Desaparecidos), fundada em 1983, cujas manifestações nas ruas foram um marco na luta pela responsabilização do Estado nos delitos de desaparecimento forçada e encarceramento de opositores políticos no país. Ver: <https://asfaddes.org/category/institucional/> e <https://movimientodevictimas.org/historia/>.

9 | Durante seu primeiro mandato presidencial, o presidente Uribe Vélez realizou um processo de desmobilização das AUC (Autodefesas Unidas da Colômbia), uma das maiores estruturas paramilitares do país. O processo foi amparado pela denominada "lei de justiça e paz", que foi duramente criticada por ser convidativa para a impunidade, permitindo a reparação meramente simbólica das vítimas, e pela falta de garantias para efetivá-la. O próprio processo foi acusado de ser uma montagem midiática que buscava legalizar a existência de líderes paramilitares, mas que não desmantelou verdadeiramente as estruturas que sustentavam sua existência.

ram. Transportadas as duas para lá, e uma vez ela certa de que eu conhecia a região, relembrou então a casa onde moravam: “a mais bonita da cidade”, todos diziam. Foi por a casa ter sido a mais bonita que, ela afirma, eles mataram seu pai. Sem tempo ainda de reagir à morte de que eu acabava de saber, esforcei-me por seguir atentamente sua lembrança, que elencou a seguir os animais da família: “tínhamos porcos, gado, uma granja e ainda o maior armazém do município. Tínhamos muito dinheiro e agora...”. Seu olhar apontou para a rua de terra batida que descia deixando ver os tetos improvisados das casas pequenas e frágeis de tijolo sem reboco, mal preparadas para o frio daqueles morros, contrastando seu laranja pálido contra o céu cinza e poluído da cidade: “Veja como eu moro, eu moro cá num barraco com meus filhos e eles ficaram com tudo”.

A lembrança veio também com uma explicação. Juliana contou que às vezes a guerrilha comprava alimentos no armazém de seu pai e que, em alguma dessas vezes, perguntavam pelo preço de uma vaca ou de um porco. O pai, para evitar problemas, deixava que levassem o animal sem cobrar. Quando chegaram os *paracos*¹⁰, o pai de Juliana teve que fazer a mesma coisa, deixar que levassem os animais sem pagar. Mas as pessoas, por ciúmes, por inveja de tudo o que a família tinha, disseram para os paramilitares que o pai de Juliana estava apoiando a guerrilha. Foi a partir desse momento, motivados pela inveja das pessoas que sabiam da riqueza da família, que começaram os interrogatórios e as ameaças. Não adiantaram as explicações que o pai deu aos paramilitares sobre sua impossibilidade de negar essas atenções a outro exército armado e poderoso.

Houve o dia em que os *paracos* voltaram e na casa, a mais bela da cidade, ajoelharam à força a mãe de Juliana. Na frente da mãe ajoelhada e aterrorizada deitaram seu filho e dois de seus netos (irmão e primos da Juliana), um deles estava só passando férias com os avós. Juliana me pediu para que eu imaginasse o que sentiu sua mãe olhando para o filho deitado no chão enquanto os homens atiravam na cabeça dos três meninos. Na sequência, narrada por Juliana com um “imediatamente” que não me deixou tempo de reagir às outras mortes, os paramilitares mandaram a família ir embora, sob ameaça de matar o restante deles. Juliana e seus familiares não levaram nada consigo e não conseguiram sequer ficar na capital do estado. Novas ameaças e a certeza, por conta de um telefonema, de que tinham sido localizados levaram Juliana a empreender o caminho para Bogotá, longe dos assassinos, mas também longe de seus pais, que ficaram mais perto da região. Ela disse que seu pai nunca mais foi o mesmo, o diagnóstico dos médicos foi o de um AVC, mas ela afirma que a morte foi ocasionada por tudo o que ele passou. Por isso Juliana asseverava que eles [os paramilitares] mataram seu pai. A quarta morte do massacre, contudo, não entrou nos registros nem das chacinas, nem dos deslocamentos. Ninguém da família quis pedir, até o momento do nosso diálogo, “a *carta de desplazados*”¹¹.

Depois do relato e da explicação de por que as coisas aconteceram, Juliana

10 | *Paracos* é a forma despectiva que muitos dos interlocutores usavam para fazer referência aos grupos paramilitares que ressurgiram com força nas últimas décadas do século XX na Colômbia.

11 | La “*carta de desplazado*” era, na época, o documento oficial emitido por autoridades do Estado para as pessoas reconhecidas como vítimas do delito de deslocamento forçado em razão do conflito armado e um requisito para a reclamação dos direitos derivados de dita situação.

me disse que há pessoas que se aproveitam, falando que são deslocadas quando nunca tiveram que passar por um momento semelhante e quando nunca saberão o que é sofrer dessa maneira. Ela me conta que, no grupo de usuárias para as quais eu ministrei a oficina, havia pessoas que não eram deslocadas, mas diziam isso para conseguir benefícios. Essas jovens, como ela as chamava, “não sabem o que é brincar com a dor dos outros”. Elas, segundo Juliana, queriam ir para Bogotá e foram, e decidiram dizer que eram deslocadas porque tinham as informações que são pedidas na declaração para o registro: sabiam quem era o prefeito, quem era o sacerdote, e quem estava com um grupo ou com outro. Por isso as pessoas acreditavam nelas, mas “elas não deveriam brincar com isso; se elas soubessem o que é passar por essa dor, elas não se atreveriam a fazer aquilo”.

Tenho insistido, acompanhando outras autoras (Piscitelli, 2013; Piscitelli e Lowenkron, 2022; Padovani, 2018), que, nos contextos migratórios pesquisados, a produção social da vítima tem-se caracterizado pela ideia de um sujeito desprovido de agência ou capacidades políticas. A imagem do deslocado/refugiado como um ser à beira da morte – que deve se conformar com qualquer oferecimento em nome da salvação da sua vida –, tem contribuído para a negação das suas dimensões desejantes e das suas potencialidades construtivas em termos políticos, assim como tem ajudado a descaracterização dos grandes empreendimentos econômicos da era do capital financeiro como responsáveis pelo horror que leva ao deslocamento forçado de cada vez mais pessoas em nível planetário. Aspectos como a escolha sobre o local de destino, o caráter planejado das fugas (especialmente quando envolvem viagens internacionais) e a motivação também econômica para a saída dos territórios, entre outros, são avaliados como indícios do caráter voluntário do deslocamento e, muitas vezes, a razão alegada para o não reconhecimento.

Porém, na revisitação dos momentos e diálogos que reconstruí para este texto, tal explicação não dá conta da dimensão que assumem as categorias de vítima e de sofrimento expressas nas falas das pessoas que evocaram suas experiências. Parece-me que elas se inscrevem em terrenos fronteiriços ou superpostos, mas não completamente coincidentes com os dos programas que regulam e administram os deslocamentos e seus horrores em nome da ordem nacional. Como exposto nos trabalhos de Jelin (2007) e Jimeno (2010), a categoria de vítima, embora entendida a partir de contextos etnográficos diferentes, está longe de ser uma noção de esvaziamento político. De fato, como é exibido com uma potência difícil de descrever, a figura social das vítimas na América Latina tem se transformado num prisma de confluência da força política dos mortos e dos vivos no terreno público dos tribunais, das praças e das ruas. Para Jimeno, vítima é uma “categoria de negociação frente à institucionalidade” que se alimenta da capacidade cívica do reconhecimento do sofrimento do outro (Jimeno, 2010: 104). Para Jelin (2007), é uma categoria cuja força para reclamar reparação e justiça muda de sujeito a depender dos embates políticos

e das gramáticas mobilizadas nos processos públicos de reconhecimento; mas, de qualquer forma, ela é central na construção de legitimidade nas reclamações por justiça, reparação e não repetição.

Da mesma forma, a busca por reconhecimento do sofrimento como parte dos processos de restauração dos vínculos sociais e comunitários desfeitos em tempos de violência e precariedade extremas pode ser reforçada pela proposta de Honneth (2003). Ou seja, podemos pensar que, tanto nas reivindicações de Juliana, quanto nas de Gabriel e Francisco, há uma luta pelo reconhecimento intersubjetivo nas formas do amor/amizade, mas também nas jurídicas e morais (Honneth, 2003:211). Além dos direitos associados aos processos jurídicos, o modo de reconhecimento da estima social de vizinhos, camaradas de luta e do leque de agentes de ONGs e de Estado, que viraram presença permanente e significativa nas suas existências, é fundamental para a manutenção da vida, transformada em miséria e desimportância pelo deslocamento e pela maneira como ele é gerido. Mas também há uma reclamação quanto à forma de reconhecimento vinculada à busca de respeito cognitivo, à consideração de sua capacidade para entender – melhor do que o Estado – o que realmente se passou nas regiões, quem é quem nos bairros e como o caos e a insuficiência da administração do deslocamento têm a ver com a desconsideração do seu conhecimento profundo da situação. Inclusive, como no caso de Gabriel e Francisco, do desconhecimento da sua capacidade também organizativa, que os levou a disputarem com o Estado, de forma mimética, a classificação e a gestão das vítimas.

Também Yolanda, considero, tem disputado essa forma de reconhecimento cognitivo de que fala Honneth. Ela tem sido uma figura muito importante no recente processo de construção de memória nacional liderado pela Comissão da Verdade. Ativa nas organizações políticas colombianas nacionais e na diáspora, foi peça fundamental para o desenvolvimento das pesquisas da Comissão com vítimas no exterior, em alguns países da América Latina. Nas discussões sobre o capítulo do exílio do relatório final e nos eventos preparatórios, ela defendeu com afinco a necessidade de não descaracterizar o exílio por motivos políticos. Uma das suas preocupações é que ele fosse colocado no mesmo patamar das migrações econômicas. A sua insistência incluía o reconhecimento do exílio como punição política, especificamente devotada a castigar as pessoas por pensarem e se organizarem coletivamente. A diferenciação é importante para ela e outros exilados que fizeram parte do processo, pois permitiria evidenciar a existência de um projeto sistemático de repressão ilegal de Estado que procurava atacar e extinguir espaços de participação e ação da oposição. O exílio político seria uma das práticas repressivas que, como tecnologia de guerra, teriam contribuído para a execução do plano.

Entretanto, nas falas da Yolanda não aparece a ideia de que os migrantes estariam sendo favorecidos ilegitimamente com benefícios sociais e econômicos que deveriam ser destinados exclusivamente aos exiliados. Pelo contrário, ela tem insis-

tido na necessidade de reconhecer as diferentes modalidades de expulsão derivadas da situação de violência prolongada no país. A distinção que ela defende inclui o exílio político, o deslocamento forçado transfronteiriço e a migração de vítimas como resultado da incapacidade do Estado para reestabelecer seus direitos e garantir a reparação integral. Cada um desses fenômenos diferentes precisaria de uma resposta coletiva distinta em termos de soluções materiais e reparações simbólicas. A diferenciação reclamada desta vez, argumento, além de uma caracterização racional de modalidades e respostas para as vítimas e de uma percepção informada das formas e densidades singulares da experiência de sofrimento, está estreitamente relacionada com a característica do exílio de colocar em xeque a ideia do lar.

Partindo da sua própria experiência como feminista indiana nos Estados Unidos, Chandra Mohanty (2003) interroga as noções de nação, família e casa. Ela se pergunta se o lar seria um espaço geográfico, um espaço histórico, um espaço emocional ou sensorial (Mohanty, 2003: 126) e sugere que o seu sentido, para quem dividiu a experiência de habitar o mundo entre diferentes lugares, não é o do “espaço estável herdado e familiar”, mas um “espaço imaginativo e politicamente carregado no qual a familiaridade e os sentidos de afeto e compromisso residem na análise coletiva compartilhada da injustiça social, bem como em uma visão de transformação radical” (*Idem*, p.127). É aí onde localizo Yolanda e suas demandas de distinção e, aliás, onde eu mesma me encontro compartilhando um lar com ela e onde acredito que suas falas públicas me impeliram a voltar para o sofrimento que me entregaram, há tantos anos, meus interlocutores, junto com o pedido da Juliana para que as pessoas não brincassem com a dor dos outros.

Aprofundando o reexame dos significados atribuídos ao lar nas comunidades de origem, como propõe Mohanty, o que se escolhe reivindicar da pátria ou da nação não é sempre a mesma história para todos os deslocados, exiliados, emigrados ou expatriados. Não se existe no tempo vazio e homogêneo da nação (Anderson, 2008), mas nos tempos heterogêneos e desiguais que propõe Partha Chatterjee (2008). De forma que a expulsão geográfica também não coloca todos no mesmo tempo do exílio, mas as pessoas escolhem e reivindicam como suas algumas histórias e projetos. Histórias “parciais e interessadas sobre nosso(s) passado(s)” que determinam, segundo Mohanty, a lógica do nosso presente (Mohanty, 2003: 129) e complemento, inspirada em Vianna (2020): as possibilidades imaginativas do nosso futuro¹². A punição de desterro que Yolanda sofreu é uma ferida aberta, projetada no tempo assombrado com a ideia de nunca recuperar o lar ou de ser expulsa daquele que vem reconstruindo na distância, no caso de ele virar apenas uma sombra descaracterizada de pobreza e penúria. Ser registrada na memória oficial do conflito na mesma categoria dos migrantes é a continuação da violência que prometeu apagar sua voz e seu pensamento e que a tirou do convívio instigante e formador da organização política, dos locais conhecidos, das comidas compartilhadas, das ri-

12 | A leitura de Mohanty está em sintonia com algumas propostas para pensar o exílio no caso colombiano. Por exemplo, Andrés Salcedo sugere que os processos de reconstrução no exílio podem ser entendidos como uma luta das pessoas e populações desterradas por encontrar um lugar político e social nos locais em que foram morar. Nessa luta, aponta o autor, há laços que juntam de forma criativa os locais que foram o lar e os novos e múltiplos vínculos nos atuais locais de residência (Salcedo, 2008).

sadas e medos divididos com camaradas, da solidariedade cotidiana que prometia transformar o futuro.

Assim, provocada pelas reiteraões de Yolanda, fui sentindo que também os chamados de atenção de Juliana e Gabriel e a distinção narrada com dolorido detalhe dos objetos que ficaram para trás contribuía no entendimento, como proposto por Das, de “como o evento ancora-se no cotidiano” (Das, *apud* Vianna, 2020: 3). As referências minuciosas sobre o acelerado estreitamento das coordenadas do tempo e do espaço das suas existências, provocadas pelo êxodo, foram desenhando na ordem do íntimo a concretização do horror. No torso desnudo do Gabriel durante a fuga, na ausência das malas e dos animais que lamenta Juliana, na tristeza da comida sem sabor da capital, de que se queixava com frequência Francisco, na afobação e na falta de tempo para sair e na raiva sempre atualizada de quem conseguiu levar até as galinhas ou de quem ficou com tudo o que um dia foi deles. Esses elementos vitais da história recriada também cumpriram o papel de me interrogar acerca do cotidiano das vidas marcadas pelo êxodo originado em contextos de terror, e voltar a me perguntar pelo Estado e sua gestão, não como institucionalidade distante, mas como encarnação concreta e copartícipe desse redesenho da intimidade e do lar (ou da intimidade do lar) no deslocamento.

TRANSFIGURAÇÕES, POLUIÇÃO E EMBOTAMENTOS

Um dia, há também vários anos, perguntei para uma amiga que morava no Brasil sobre o processo de uma outra amiga colombiana em comum, igualmente refugiada, que tentava passar no exame para a revalidação do seu diploma profissional. Ela me disse das dificuldades de tempo dela para estudar. Além de trabalhar, tinha que cuidar da casa, deixar pronta a comida para o esposo e o filho e se transportar por longas distâncias da casa ao trabalho. Perguntei então, com aguerrido espírito feminista raso, se o marido dela não cuidava da comida e da casa. Ela respondeu positivamente, disse que sim, mas me lembrou de que há coisas que ele não consegue fazer. Por exemplo, sustentar o peso de uma panela cheia de água ou segurar com força alguns utensílios. São ainda sequelas da tortura, disse, e me lembrou que eu sei disso. Eu sabia, sim, do sequestro, do martírio que sofreu num batalhão do exército e do parente militar que, apesar de sempre ter discordado politicamente dele, arriscou sua carreira para liberá-lo do interrogatório de onde teve que tirá-lo nos braços, carregado como uma criança de colo. Só não tinha percebido que, apesar de sua incrível recuperação, depois de tantos anos, cotidianamente a sua rotina era a atualização dos eventos que o levaram a sair do país, assim que conseguiu voltar a andar.

A percepção dessa realidade que eu não tinha notado nas conversas destacou

a impactante capacidade do terror de reverberar para muito além do momento e do local em que o evento violento aconteceu, mas também a mistura incômoda que ele provoca entre elementos que desejaríamos separados. Relevou sua capacidade de confundir, entremear e transfigurar as coisas, os tempos, as pessoas. Há um local legal do Estado: um quartel. E há um interrogatório que é também tortura (porque passou dos limites?), que se conecta anos depois com a cozinha, num outro país, e com uma panela que tem que ser preenchida aos poucos. O homem que carrega o corpo feito criança é um agente do Estado, mas irrompe como parente fardado e coloca fim ao caminho da morte que, àquela altura, já era desejada pelo primo que se deixava levar. Assim também, a raiva de Gabriel e Juliana é contra os exércitos de assassinos armados e seus mandantes, mas ao mesmo tempo contra os vizinhos do vilarejo, também aterrorizados, que conseguiram levar seus pertences ou contra as mulheres pobres que buscam formas de driblar a fome e a miséria dos morros em que a Usaid (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) distribui refeições.

“Eu não gosto dos gringos da Usaid”, dizia-me Gabriel em 2005. Eles recebem dinheiro do governo *gringo* (americano), afirma. Então, me interrogou com o seu olhar: “As mesmas pessoas que dão dinheiro para a refeição são as que dão dinheiro para o Plano Colômbia, e o Plano Colômbia envenena a comida que nós já tínhamos¹³. E aí?”. Insiste em me perguntar: “Se eles não fumigassem nossas plantações, não precisariam vir nos dar comida. Mas, por enquanto, não podemos recusar os alimentos, então: a comer calado”. Gabriel consegue ver o diabo amassando o pão, mesmo que transfigurado em agência humanitária. Ainda assim, não pode recusar os alimentos que ele distribui, apenas tenta avisar, desmascarar a aparência que agora lhe garante agradecimentos e elogios. Gratidão como a da organização onde trabalham Juliana e outras mulheres, em que um barco feito de cartolina, que as representa, tem como degrau de apoio para a abordagem o Fundo de Alimentos da dita agência. Contudo, “a comida não sabe a nada”, já tinha dito Francisco. “É comida que não alimenta as crianças”, complementou um dia uma outra companheira que estava presente durante nossa conversa. A comida sem sabor que não alimenta e a comida dos que envenenaram a comida são também agentes do terror. As coisas viram agentes do terror, afirma Taussig (1986: 6). Às vezes porque não se sabe de onde vêm, às vezes porque é sabido, mas não podem ser recusadas apesar do seu potencial maligno. Assim como nem sempre pode ser expressa a desconfiança sobre sua natureza ou origem, e somente resta “comer calado”, como tinha que fazer Gabriel.

Os relatórios de diferentes processos de memória que, em diferentes épocas, têm tentado caracterizar e descrever o chamado “conflito interno colombiano” apontam que um dos motivos para o rompimento do tecido social é a desconfiança. As análises expõem práticas como a da infiltração de espiões em grupos armados,

13 | O Plano Colômbia foi o nome curto com o qual se popularizou o polêmico acordo entre os governos dos Estados Unidos e da Colômbia titulado *Plan para la Paz y el Fortalecimiento del Estado*, aprovado em 2000. O acordo enunciava como um dos seus objetivos a luta contra o narcotráfico, e uma das estratégias utilizadas foi a intensificação da aspersão aérea de culturas com glifosato. A fumigação com o agente químico foi responsável por sérios problemas de saúde, destruição de ecossistemas, envenenamento de terras e rios e conseqüentemente de deslocamentos forçados. É esse o contexto ao qual faz referência Gabriel na sua fala.

especialmente nas guerrilhas, mas também em organizações políticas, sindicais, estudantis, culturais etc. Assim, a presença de infiltrados não se restringe a locais de discussão política ou aos momentos de planejamento de operações táticas dos grupos armados, mas teria se estendido à vida cotidiana de pequenos municípios, dos bairros pobres das cidades, das universidades e sedes sindicais, das passeatas e atos, das comemorações coletivas etc. Os combatentes às vezes “mudavam de bando”, levando e vendendo informações caras para o lado contrário. Também foi descrito nos relatórios o fato de membros de um mesmo grupo familiar integrarem exércitos inimigos, especialmente em regiões empobrecidas em que a participação nos grupos armados foi, não apenas uma fonte de renda e prestígio, mas de defesa antecipatória contra o desterro próprio e de parentes.

A imagem da Operação *Orión* se fez famosa: homens encapuçados, vestindo uniformes das Forças Armadas, mas sem identificação, apontavam as casas e as pessoas que deviam ser levadas (CNRR – Grupo de Memória Histórica, 2011). Os exemplos como esse se multiplicam. Algumas vezes sem capuz, os antigos vizinhos também apontavam os suspeitos (ou já condenados), que eram então pegos por paramilitares, pelo exército ou pela polícia, quando não mortos no local. A guerrilha deixava um cartaz em alguns corpos avisando o motivo da sua morte: *por sapo* (dedo-duro). Mariane Ferme (2018) descreveu esse caráter ambivalente na atuação de agências, governos e exércitos durante a guerra em Serra Leoa, e também no período pós-guerra. A autora mobiliza as figuras do *Sobel* (soldado que é ao mesmo tempo rebelde) e do *Rebel Cross* (uma união do nome da Cruz Vermelha com rebelde) como produção da imaginação nacional para condensar os rumores e as suspeitas das populações sobre a atuação dupla da organização humanitária e do exército oficial na guerra (Ferme, 2018: 78-89). A criação linguística exprime a dificuldade das pessoas para diferenciar os agentes e as agências de paz e de guerra, de humanitarismo ou de terror, ou inclusive o antes e o depois dos conflitos armados.

Concordo com a explicação de que as práticas descritas nos relatórios oficiais são produtoras de desconfiança e de ruptura dos vínculos de solidariedade social. Porém, seguindo Ferme (2018), discordo da visão de algumas leituras institucionais do conflito que sugerem que haveria unidades discretas como Estado, sociedade civil, atores armados e agências humanitárias com limites, contornos e funções claramente diferenciados. Segundo esse argumento, adubado por alguns trabalhos acadêmicos, os grupos que costumam ser chamados de “os violentos” estariam atacando a sociedade civil ou o Estado, e este teria que se defender dos inimigos e, infelizmente, produzir danos colaterais pelo caminho. Ou então, como referido por Feldman no contexto da África do Sul pós-Apartheid, que as práticas que juntam de forma poluidora agentes legais do Estado e práticas ilegais de tortura seriam produzidas apenas de algumas “maçãs podres” (Feldman, 2003: 240) nas instituições.

Tais argumentos reforçam a ideia de uma racionalidade e de uma bondade

per se do Estado as quais se contrapõem à loucura e à maldade da guerra, mas que as precedem e que, como projeção imaginativa e prometedora, oferecem tanto um futuro pós-guerra em que elas voltarão restauradas, como a necessidade da atuação estatal no presente para combater as confusões e lutar pela sua sobrevivência. Daí sua ansiedade classificatória que, conforme aponta Ferme, “faz parte do aparato de captura estatística do Estado e da empresa humanitária, apagando a possibilidade de enxergar outras marcas menos evidentes da violência e outras formas de sofrimento e de morte que são terrivelmente parecidas a como elas acontecem nos tempos de paz” (Facundo, 2020). Inspirada novamente em Taussig, argumento que essa racionalidade ilusória – e, como parte do terror, também alucinatória – obscurece “nossa compreensão da maneira como os negócios podem transformar o terror de um meio em um fim em si mesmo” (Taussig, 1986: 53).

No caso das pessoas exiliadas que sofreram a perseguição do Estado, dita ambivalência também se manifesta, como proposto por Das (2020: 219), na experiência de sucumbir ao seu irresistível poder, reconhecendo, ao mesmo tempo, o perigo de fazê-lo. Assim como Juliana e sua família tinham medo de se cadastrarem nas bases de dados da população refugiada e, por essa via, serem localizadas pelos paramilitares, as pessoas refugiadas no Brasil manifestaram seu temor, em 2016, quando o governo da Colômbia quis realizar um censo da população vítima no exterior. Em ambos os casos as pessoas desejavam o reconhecimento derivado da lei, mas temiam os efeitos da ativação dessa dimensão legal que poderia acionar, de alguma forma não completamente conhecida, novas perseguições. Esta é uma percepção das coisas que condiz com a oscilação entre o modo racional e o modo mágico de atuar do Estado. Para Veena Das, a autoridade do Estado como entidade racional se faz presente nas regulações incorporadas na lei e nas instituições que a implementam, mas dito poder “é trazido à estrutura da vida cotidiana de forma mágica, pela representação e execução de suas regras na forma de rumores, fofoca, zombaria e representação mimética” (Das, 2020: 219).

O desejo temeroso de Juliana e dos conterrâneos exiliados evidencia o fato de que o Estado não aparece para eles apenas como repressor e força maligna. Há também nele uma promessa de futuro e restauração, de acolhimento e bondade em nome da qual se entregam dados, contam-se histórias, exibem-se cicatrizes, deixam-se cair as lágrimas em desesperado cansaço e abandono. Mas essa crença numa qualidade bondosa do Estado (encarnada nos programas e políticas de proteção, reconhecimento, produção de memória ou investimento social) e concomitantemente numa qualidade maligna (que persegue, criminaliza e expulsa) reforça o embotamento dos sentidos, característico dos momentos críticos que, como no caso do desterro, embaraça as coordenadas espaçotemporais da existência.

De alguma maneira, das mãos das pessoas concretas que distribuem benefícios, que registram, carimbam e decidem quem é refugiado ou deslocado e quem

é migrante, as informações passam para as mãos de agentes que desterram e torturam. Elas são percebidas como parte dessas forças, pouco transparentes, necessárias para a execução da magia do Estado que restaura o pertencimento à nação, que entrega kits emergenciais ou que faz aparecerem listas de vítimas nas mãos dos algozes e transforma terras roubadas em empreendimentos mineiro-energéticos. Indicadores de que o país vai bem, de que a economia cresce e de que o turismo, em franca expansão, é a evidência da pacificação nacional.

As semelhanças na forma de atuação de ambas as qualidades do Estado também são um motivo de perturbação, especialmente para as pessoas que sofreram perseguições de Estado e posteriormente ativaram processos de reconhecimento da condição de deslocado ou refugiado. Em ambos os casos, ganham protagonismo os mecanismos de exigência da verdade por meio de um interrogatório/entrevista. Das pessoas foram exigidas informações, delas próprias, de suas pessoas queridas, dos relacionamentos, das casas e escritórios, apresentando o nome de partidos e organizações e de colegas, datas, endereços, detalhes que comprovassem que a história era verdadeira. Esse mecanismo, compartilhado pela qualidade maligna e pela bondosa do Estado, ativava a desconfiança das pessoas. Em ambos os casos, nesses interrogatórios/entrevistas estava em jogo o pertencimento à nação, ora pela perda com o deslocamento ou exílio, ora pelo ganho com o reconhecimento como deslocados ou refugiados. Nos dois cenários, sofrimentos eram administrados para carimbar o pertencimento à comunidade ou para colocá-lo em xeque.

E se eles descobrirem que você sabe tanto de tantas pessoas?, perguntava-me uma interlocutora, preocupada com minha segurança, mas ao mesmo tempo deixando no ar a potência maligna que eu mesma tinha construído sobre mim no curso da pesquisa de doutorado. Alguém, percebido como uma força sem corpo fixo, podia tomar conhecimento, não supomos como, de que eu sabia muitas coisas, que também não tínhamos certeza de que tipo de coisas seriam. Essa proximidade suspeita de quem “ajuda”, mas sabe demais é parte da presença fantasmagórica do Estado e lembra a reflexão de Gabriel sobre a comida da Usaid ou da figura do humanitário transfigurado no Soldier. Um mecanismo de embotamento e medo por transfiguração que essa manifestação dupla do Estado engendra nas imaginações produzidas pelo terror. Uma produção também da incerteza sobre quem é quem, assim como a impossibilidade de anteciper a origem do perigo.

Não é somente a crueldade desmedida em chacinas à base de motosserras que desenha e caracteriza o terror de Estado nos contextos em que as pessoas se veem obrigadas a reconstruir um local e um sentido de lar depois de experiências violentas. Se a metáfora for fílmica, não se trata apenas do terror dos filmes de sangue e carnificina, mas do terror que soube condensar o curta *Tuck me in*¹⁴, de Ignácio Rodó (2014). No curta, uma criança deitada prazerosamente no ambiente aconchegante do quarto confortável pede para o pai, como ritual noturno, olhar embaixo da

14 | Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VYJBS28YLKA>.

cama para verificar que não há nada que possa causar-lhe mal. Atendendo ao pedido, o pai olha e encontra, embaixo da cama, o seu filho atemorizado pela presença de alguém que teria tomado seu lugar e se encontra deitado na cama.

Entendo a proposta de uma ética cívica, como a sugerida por Jimeno (2010), e compartilho a ideia de que o reconhecimento do sofrimento pode criar mecanismos de interlocução política e cura social. Contudo, acredito que, para compreender algumas dimensões mais esquivas da guerra na Colômbia, teríamos que contemplar não apenas as possibilidades abstratas de construção dessas comunidades emocionais como exercício cívico-político, mas interrogarmos sobre as formas cotidianas em que as pessoas reconstróem uma ideia de lar e a disputam com outros que têm a potencialidade de tomar seu lugar e de embaralhar os seus sentidos espirituais, físicos, morais e emocionais. O exercício cotidiano, concreto e dificultoso de reconstrução guarda relação com a intensidade e o tamanho da devastação. Para algumas pessoas o desterro e o exílio se deram com um estreitamento profundo das coordenadas de tempo e espaço da existência, atingindo não apenas territórios geográficos e políticos, mas o território corporal em suas múltiplas dimensões familiares, individuais, físicas, espirituais, psíquicas, emocionais. Tal intensidade, que em parte motiva os desejos de distinção, marca também o esforço diferencial e a duração da reconstrução, não apenas do importante local físico que garanta a manutenção da vida e da dignidade, mas de um lugar político e emocional de enunciação.

Como mencionado no começo deste texto, as pessoas que conheci são muito, muito diferentes. Seus desejos, suas experiências de amor, suas profissões e juventude ou seus passos mais experientes, sua vivência das marcas raciais, a importância e as formas da sexualidade, do exercício político, a densidade e as cores da vida demandam-lhes exercícios singulares de reconstrução e despoluição de si mesmos e do lar desejado, que devem ser olhados com atenção. Ao mesmo tempo, elas compartilham a experiência de ter diversas instituições e exercícios de Estado marcando tal processo vital. Do mesmo modo, muitas delas compartilham o desejo de distinção das formas, densidades e experiências da dor. Esse desejo, embora às vezes se expresse na reprodução mimética das formas de classificação do Estado, não se resume à reivindicação da capacidade de fazê-lo melhor do que ele. Considero que há uma boa parte disso, mas que se trata também de disputar a representação dos acontecimentos e dos atores que marcaram suas existências e de tentar reverter, em algum grau, o amálgama misterioso e maligno que embaralha os elementos mais certos da vida com a agenda brutal da destruição e polui os espaços íntimos da existência. São esforços para reconstruir e despoluir o lar em meio a mecanismos de terror que mudam a imagem das coisas, das pessoas, das agências; e cuja manifestação é possível não apenas pela desconfiança engendrada em práticas e táticas de guerra, mas pela própria natureza ambígua do Estado que, inclusive em “tempos e espaços de paz”, age de forma mágica, fantasmagórica e maligna.

Angela Facundo Navia é professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem graduação em antropologia pela *Universidad Nacional de Colombia*, mestrado em antropologia e etnologia pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris e doutorado em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisa sobre fronteiras da nação, relações étnico-raciais, práticas de estado, produção social das desigualdades, fronteiras, migrações e refúgio.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA: Não se aplica.

FINANCIAMENTO: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. 2008. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras.

CNRR – Grupo de Memoria Histórica. 2011. *La huella invisible de la guerra. Desplazamiento forzado en la Comuna 13. Informe del grupo de memoria histórica de la Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación*. Bogotá, Fundación Semana y Editorial Taurus.

COMISIÓN DE LA VERDAD. 2022. *Hay futuro si hay verdad: Informe final de la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición*. Bogotá, Comisión de la Verdad.

DAS, Veena. dez. 1997. "Sufferings, theodicies, disciplinary practices, appropriations". *International Social Science Journal*, 49(154): 563-572.

DAS, Veena. 2020. *Vida e palavras. A violência e sua descida ao ordinário*. Tradução de Bruno Gambrotto. São Paulo, Editora Unifesp.

FACUNDO NAVIA, Angela. 2016. "Romanticismo do exílio e anonimato do refúgio: comunidades morais e administração de populações e trânsitos no Brasil contemporâneo". In: NETO, Helion Póvoa; SANTOS, Miriam de Oliveira; PETRUS, Regina (orgs.). *Migrações: rumos tendências e desafios*. São Paulo, PoloBooks, pp. 199-214.

FACUNDO NAVIA, Angela. 2017. *Êxodos, refúgios e exílios colombianos no Sul e Sudeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Papéis Selvagens.

FACUNDO NAVIA, Angela. 2021. "Territorios de experiencia y lugares de administración en una etnografía sobre refugiados colombianos en Brasil". In: Natalia Quiceno Toro; Jonathan Echeverri Zuluaga (org.). *Etnografía y espacio: Tránsitos conceptuales y desafíos del hacer*. Medellín, Univer-

sidad de Antioquia, pp. 196-221.

FASSIN, Didier. 1999. "La patetización del mundo. Ensayo de antropología política del sufrimiento". In: VIVEROS, Mara; GARAY, Glória (comp). *Cuerpo, diferencias y desigualdades*. Bogotá, Facultad de Ciencias Humanas, pp. 31-41. "Colección CES".

FASSIN, Didier. 2010. *La Raison humanitaire: une histoire morale du temps présent*. Paris, Éditions de L'Ehess (avec Le Seuil/Gallimard). "Hautes Etudes".

FELDMAN, Allen. 2003. "Strange fruit: The South African truth commission and the demonic economies of violence". In: KAPFERER, Bruce (ed.). *Beyond rationalism: Rethinking magic, witchcraft and sorcery*. Nova York, Berghahn Books, pp. 234-265.

FERME, Mariane. 2018. *Out of War. Violence, trauma, and the political imagination in Sierra Leone*. Oakland, California, University of California Press.

HERZFELD, Michael. 1992. *The social production of the indifference. Exploring the symbolic roots of Western bureaucracy*. Chicago, University of Chicago Press.

HONNETH, Axel. 2003. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo, Editora 34.

JELIN, Elizabeth. 2007. "Víctimas, familiares y ciudadanos/as: las luchas por la legitimidad de la palabra". *Cadernos Pagu* [online], 29: 37-60. Disponible en: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000200003>,

accedido 27 noviembre 2022. Epub 1º Nov. 2007. ISSN 1809-4449.

JIMENO, Myriam. 2010. "Emoções e política: a vítima e a construção de comunidades emocionais". *Mana* [online], 16(1): pp. 99-121. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132010000100005>, acessado em 26 nov. 2022. Epub 20 Ago 2010. ISSN 1678-4944.

KHOSRAVI, Shahram. 2010. *Illegal traveller: An auto-ethnography of borders*. Basingstoke and New York, Palgrave Macmillan.

MAHLER, Sarah; PESSAR, Patricia. 2001. "Gendered geographies of power: analyzing gender across transnational spaces". *Identities*, London, 7(4): 441-459.

MOHANTY, Chandra Talpade. 2003. *Feminism without borders. Decolonizing theory, practicing solidarity*. Durham & London, Duke University Press.

PADOVANNI, Natália. 2018. *Sobre casos e casamentos: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. São Paulo, Ed. UFSCar.

PARTHA, Chatterjee. 2008. *La nación en tiempo heterogéneo: y otros estudios subalternos*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores Argentina.

PISCITELLI, Adriana. 2013. *Brasileiras nos mercados internacionais do sexo*. Coleção: Sexualidade, gênero e sociedade. Rio de Janeiro, Ed. UERJ.

PISCITELLI, Adriana; LOWENKRON, Laura. June 2015. "Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no

Brasil". *Ciência & Cultura*, São Paulo, 67(2): 35-39. Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000200012&lng=en&nrm=iso>. Access on 1º Dec. 2022. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602015000200012>.

RIBEIRO, Jullyane. 2021. *Fazer-se refugiada: fronteiras, crises e (co)produção de diferenças na gestão do refúgio*. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

SAID, Edward. 2003. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo, Companhia das Letras.

SALCEDO FIDALGO, Andrés. julio-diciembre 2008. "Defendiendo territorios desde el exilio: desplazamiento y reconstrucción en Colombia contemporánea". *Revista Colombiana de Antropología*, Instituto Colombiano de Antropología e Historia. Bogotá, Colombia, 44(2).

SAYAD, Abdelmalek. 1998. *A imigração ou os paradoxos da identidade*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo, Edusp.

SEGATO, Rita Laura. 2006. "Antropologia e Direitos Humanos: Alteridade e ética no Movimento de Expansão dos Direitos Universais". *Mana*, 12(1): 207-236.

SERJE DE LA OSSA, Margarita Rosa. 2011. *El revés de la nación: territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie*. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Antropología, Cesó, Ediciones Uniandes.

TAUSSIG, Michael. 1986. *Shamanism, colonialism, and the wild man: A study in terror and healing*. Chicago, University of Chicago Press.

VIANNA, Adriana. 2020. "Vida, palavras e alguns outros traçados: lendo Veena Das". *Mana* [online], 26(3), e263206. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-49442020v26n3a205>>. Acesso 8 dezembro 2022. Epub 21. Dez 2020. ISSN 1678-4944.

Recebido em 12 de novembro de 2023. Aceito em 19 de abril de 2024.



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001